
O discurso sobre direitos humanos nos grandes veículos de comunicação: análise semiótica de *Veja* e *CartaCapital**

Marcos da Veiga Kalil Filho**

Resumo: A Redemocratização no Brasil, cujo marco fundamental se encontra na Constituição de 1988, não foi capaz de construir um senso comum no qual os Direitos Humanos permeassem o bojo axiológico do cidadão médio brasileiro e o discurso midiático acerca da temática. “Direitos humanos para humanos direitos”. “Bandido bom é bandido morto”. Essas e outras máximas foram cotidianamente propagadas não só nas ruas, mas também em programas de TV e reportagens de jornal. A semiótica discursiva dispõe de amplo instrumental teórico-metodológico por meio do qual as estratégias enunciativas do discurso passional da imprensa de grande circulação podem ser descritas e compreendidas. Nesse condão, peças jornalísticas das revistas *CartaCapital* e *Veja* de casos de ampla notoriedade e comoção foram analisadas: o caso João Hélio, de 2007, no Rio de Janeiro, no qual um menino de seis anos morreu arrastado, preso a um carro roubado em movimento; e o caso do rapaz negro e pobre, acusado de furtos na zona sul carioca, torturado por justiceiros de classe média, em 2014. O trabalho pôde constatar, a despeito das diferentes orientações ideológicas, a semelhança na estratégia enunciativa das publicações.

Palavras-Chave: semiótica discursiva; direitos humanos; comunicação social; *Veja*; *CartaCapital*.

* DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4016.esse.2020.170048>.

** Doutor em Semiótica pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, Brasil. Endereço para correspondência: marcoskalil26@gmail.com . ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2070-8551> .

Introdução

No final do século XX e nas primeiras duas décadas do século XXI, o debate público brasileiro assistiu à ascensão de um senso comum avesso às pautas civilizatórias do Ocidente. Sakamoto (2017) cunhou a expressão “a morte dos Direitos Humanos” para o bojo de lugares comuns, difundidos também pela grande imprensa, entre os quais a expressão “Direitos Humanos para humanos direitos” permite sintetizar o estado de coisas deste período histórico. Apesar de o conteúdo filosófico-principlológico do humanismo pregar a liberdade, a igualdade e a fraternidade, fincadas nos ideais do Estado democrático de direito, do devido processo legal e da justiça social, a ideia corrente de que os Direitos Humanos (doravante denominados DHs) ensejam a impunidade e integram um rol de causas da criminalidade propagou-se com muito mais força.

Compreender esse processo histórico e discursivo de estigmatização dos DHs no Brasil requer um esforço acadêmico amplo, que transcende esse ou aquele campo do saber. A semiótica do discurso, especificamente, permite a identificação dos meandros da desreferencialização (Barthes, 1984), pela qual a ancoragem do discurso midiático sobre os DHs não recorre ao arcabouço jurídico, mas a outros valores em jogo na arena perceptiva de um sujeito erigido pelo texto jornalístico. A metodologia semiótica possibilita elucidar as estratégias que compõem o discurso apaixonado de parcela dos grandes meios de comunicação brasileiros, sobretudo em face do registro mais sóbrio dos valores de universo empregados pelos intérpretes da doutrina dos DHs.

Com o fito de descrever as estratégias enunciativas dos discursos passionais acerca dos DHs, recorre-se a reportagens de casos de grande comoção pública na seara da segurança pública. O recorte se restringe às coberturas de ampla repercussão de *Veja*¹ acerca do caso João Hélio, ocorrido em fevereiro de 2007, quando um menino de seis anos morreu ao ser arrastado por um carro roubado por três jovens, e de *CartaCapital*², referente ao episódio da tortura do menino negro, pobre e acusado de furtos na zona sul carioca, em que autodenominados justiceiros da classe média espancaram-no e acorrentaram-no nu a um poste, em fevereiro de 2014. Ambos os eventos mobilizaram passionalmente o debate público, suscitando as paixões para a resolução das questões éticas e morais que são colocadas em jogo por esses eventos.

¹ O número está disponível no Acervo Digital da revista (www.acervo.veja.abril.com.br).

² O número está disponível no Acervo Digital da revista (www.cartacapital.com.br).

1. Os polos categóricos Opressão x Liberdade e a tensão presente nos Direitos Humanos

Na doutrina jurídica, Ramos (2015) propõe que os DHs possuem em seu cerne a luta contra as opressões e o bem-estar do indivíduo por via da liberdade. Assim, a história da construção do ideário dos DHs compõe valores opostos de opressão e liberdade. Da restrição liberal ao Estado soberano em face dos direitos fundamentais do indivíduo, passando pela consideração das coletividades e dos direitos sociais e econômicos, até os direitos difusos e transindividuais, os DHs são o corolário de uma sociedade preocupada com a justiça.

Para a semiótica discursiva, todo texto possui uma tensão dicotômica que funda seu processo de produção de sentido. Trata-se de categorias abstratas contrárias que serão desdobradas por narrativas, figuras e temas, elementos mais concretos, presentes nas *semióticas-objeto* com as quais temos contato durante as situações de comunicação (Fiorin, 2013). No que tange ao presente trabalho, a Opressão e a Liberdade cumprirão o papel desses termos opostos, observando o constructo teórico do *percurso gerativo de sentido* e as disposições dogmáticas dos DHs.

Desse modo, a oposição fundamental Opressão vs. Liberdade pode fundamentar uma análise na qual o semioticista pretende analisar os DHs. As categorias semânticas supramencionadas estruturam o discurso na medida em que se concretizam nos programas narrativos, nas figuras e nos temas encontrados na superfície textual. As escolhas, realizadas no âmbito da enunciação, que recobrem a Opressão e a Liberdade, revelarão qual dos polos é visto como eufórico ou disfórico, em um processo denominado *axiologização* (Barros, 2001). O viés humanista promove a Liberdade sobre a Opressão e, nesse sentido, esta será disfórica e aquela eufórica nos textos que genericamente seguem as disposições dos DHs.

2. Análise semiótica de *Veja* e *CartaCapital*

O escopo da análise compreende dois veículos formadores de consenso no Brasil. *Veja* e *CartaCapital* são semanários voltados para as classes médias urbanas com modelos de negócio semelhantes, dependentes de assinaturas – o cliente fidelizado e ideologicamente alinhado. Todavia, para além da concorrência estritamente comercial – do gênero de publicação e do segmento de poder aquisitivo que ocupam –, as publicações possuem *ethos* e *pathos* (Fiorin, 2015) distintos. O perfil ideológico do sujeito da enunciação pode ser aferido pelo recobrimento figurativo das temáticas presentes no enunciado, assim como pela moralização dos polos categóricos da oposição fundamental. A estrutura conjunta entre sujeito e objeto no nível narrativo também sugere encaminhamentos de ordem ideológica e serão evidenciados no decorrer deste trabalho.

Nos vinte primeiros anos do século XXI, a revista *Veja*, não obstante seu histórico inicial, se constituiu à luz do conservadorismo político e do liberalismo econômico, o que pode ser assegurado pelas escolhas figurativas e temáticas predominantes nos seus textos-enunciados, além do caráter eufórico em que se constituem alguns dos valores organizados pelo fazer persuasivo desse ator da enunciação. Na década de 2010, destaca-se a cobertura abertamente elogiosa à “Operação Lava-Jato”, como nas edições de 6 de maio de 2015, com sua capa “O juiz Moro vê mais longe”; de 1º de junho de 2016, cuja reportagem principal destacava um suposto “complô para calar a Lava-Jato”; e de 26 de outubro de 2016, em cuja capa se prenunciava os supostos êxitos da operação ao prender políticos praticantes de malfeitos – “Essa cela vai lotar”; bem como a chancela dos princípios liberais e dos programas de ajuste fiscal, como nas edições de 3 de dezembro de 2014 – “Caiu a ficha”, capa na qual *Veja* comemora a nomeação do economista ortodoxo Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda da então presidenta Dilma Rousseff – e de 22 de agosto de 2018 – com a manchete de capa “Ele pode ser presidente do Brasil” – que, ao demonstrar apoio ao ministro da Economia de viés ultraliberal do governo Bolsonaro, apontam para um perfil de autor delineado pelo que se entende historicamente como a direita brasileira. As capas mencionadas seguem no anexo A.

A revista *CartaCapital*, por outro lado, adota majoritariamente o posicionamento político progressista e uma linha heterodoxa-desenvolvimentista para a economia. Na edição n. 869, de 30 de setembro de 2015, por exemplo, *CartaCapital* destaca a atuação de Teori Zavaski, então ministro do Supremo Tribunal Federal, ao impor limites à “Operação Lava Jato”. Na edição n. 923, de 13 de outubro de 2016, a capa “Como liquidar o Brasil” traz o então juiz Sérgio Moro, em arte que simula a destruição dos setores estratégicos da economia e da soberania nacionais. Na edição especial de junho de 2019, a revista pergunta ao leitor: “O Brasil engole mais esta?”. A foto do então ministro da Justiça Sérgio Moro sugere incômodo com as acusações de desvios de finalidade na sua atuação como juiz na “Operação Lava-Jato”. No tocante ao pensamento econômico, em sua edição n. 978, de 10 de novembro de 2017, *CartaCapital* associa, em sua capa, as reformas propostas pela “modernização de Temer”, como posto no enunciado, ao período histórico de escravização. Na edição n. 1011, de 6 de julho de 2018, a revista destaca advogada que “desafia os entreguistas” e que “impede privatizações”. Na edição n. 1020, de 6 de setembro de 2018, o então candidato à presidência Fernando Haddad do PT ganha os holofotes ao anunciar a retomada do projeto econômico do ex-presidente Lula. Por conseguinte, circunscreve-se *CartaCapital* como um enunciador tipicamente da esquerda brasileira. As capas citadas seguem no anexo B.

No tocante aos casos escolhidos, a seleção se deu com base em critérios de notoriedade e ampla difusão. Além disso, considerou-se a diferença entre a figurativização dos sujeitos principais das narrativas de cada episódio midiaticamente repercutido: no caso João Hélio, uma vítima prototípica de classe média; no caso do menino acorrentado do Flamengo, a vítima foi um rapaz negro, pobre, marginalizado e não nomeado, ainda que *CartaCapital* tenha, ao final, trazido como sujeito da narrativa a senhora branca de classe média, responsável pelos primeiros socorros e a publicização do ato nas redes sociais. A aparente divergência de linhas editoriais entre *Veja* e *CartaCapital* ao lado da discrepância dos lugares sociais ocupados pelas vítimas retratadas nas reportagens visam a garantir um *corpus* de análise plural, polêmico e dialético.

O caso João Hélio diz respeito à morte de João Hélio Vieites, em 7 de fevereiro de 2007, após ficar preso ao cinto de segurança de um carro, que fora roubado, e ser arrastado pelo automóvel em movimento. O incidente preencheu o noticiário do país, mobilizando até mesmo um *lobby* legislativo pela redução da maioria penal. A capa da edição 1995, ano 40, n. 6 de 14 de fevereiro de 2007, e as páginas 46 a 51, nas quais consta a reportagem especial sobre o episódio, foram utilizados no trabalho.

Já o segundo caso ocorreu no início de fevereiro de 2014, tendo sido um dos acontecimentos de maior repercussão nos veículos de comunicação de massa e nas redes sociais, à época. Trata-se do espancamento e do acorrentamento a um poste, com indícios de tortura, de um adolescente negro por jovens de classe média na zona sul da cidade do Rio de Janeiro. Este estudo se debruçou sobre a capa da edição n. 787, de 14 de fevereiro de 2014, e as páginas da reportagem especial.

Assim, ao trabalhar com o discurso – o texto jornalístico sobre questões de DHs – e perquirir a produção dos significados que partem dele – as estratégias e os efeitos de sentido dessas peças –, o arcabouço teórico-metodológico coerente com tal proposta se erige a partir de uma teoria do discurso e da significação, a semiótica discursiva. Nesse campo, interessa a significação, a organização e a forma: a “arquitetura textual que produz o sentido” (Fiorin, 2008. p. 122).

2.1 *Veja*

A reportagem de *Veja* lida com a incitação de sentimentos como a compaixão e a cólera. Essas mobilizações patêmicas são utilizadas, ao lado das demais estratégias enunciativas, para melhor empreender o fazer persuasivo. Afinal, como pontua Landowski et al. (1999, p. 270), “a eficácia de muitos textos não é, decididamente, avaliável senão a partir de seu poder de contágio sobre o humor e, portanto, sobre o corpo”. O estudo das paixões revelou uma nova

dimensão de significação para a Semiótica, a partir dos modos de interação passional entre sujeito e objeto, assim como entre sujeitos. Os efeitos de sentido das qualificações modais alteram o sujeito de estado e definem o ser do sujeito, bem como o conflito que caracteriza seus “estados de alma” (Lima, 2014).

A peça jornalística sobre o caso João Hélio recobre figurativamente o sujeito pela estereotipia do integrante da classe média: a família de João Hélio. No primeiro parágrafo do texto, a construção figurativa apresenta uma dona-de-casa, frequentadora de um centro espírita da zona norte do Rio de Janeiro, com seu carro e dois filhos, o marido tendo passado a tarde na casa nova, acompanhando uma reforma. A temática da rotina é demarcada pelos horários e compromissos diários, descritos pela publicação: “pouco depois das 9 horas da noite, deixou o centro espírita [...] Logo a família estaria toda reunida, segundo seus planos. Hélcio, seu marido [...] iria encontrá-los para o jantar” (*Veja*, 2007, p. 46).

Em outro trecho, *Veja* continua a descrever um estado de não frustração, no qual o sujeito se vê dotado de esperanças e direitos: “João Hélio faria 7 anos em março, cursava o primeiro ano primário [...] torcia pelo Botafogo e estava feliz que iria ganhar um quarto novo, pintado de verde” (*Veja*, 2007, p. 49). O sujeito de classe média, assim, equipara-se ao *sujeito de espera*, mais especificamente modalizado por uma *espera simples*, aquela que almeja a conjunção com o objeto, e uma *espera fiduciária*, referente à confiança de que o sujeito do fazer cumprirá o seu papel (Greimas, 2014, p. 237).

A *espera simples* do sujeito família de classe média é rompida pelo sujeito de fazer, figurativizado pelo “bandido”, aquele que efetivamente impede a conjunção do sujeito de estado com a família completa ou com o menino João Hélio. Greimas (2014, p. 243) fala, inclusive, de forma pertinente, em “roubo do objeto de valor”, o que se manifesta na superfície textual em trechos como, no olho da matéria, parte que destaca fala da irmã de João Hélio: “eu quero meu bebê de volta. Vou abrir aquele caixão e tirá-lo de lá! Eu quero meu irmão de volta!” (*Veja*, 2007, p. 48). O estado passional da *espera* foi perturbado, impedindo a conjunção esperada: “poucos quarteirões adiante, ao parar num sinal de trânsito, o carro em que estavam foi abordado por dois bandidos armados, que ordenaram que todos descessem. Começou, então, o pior drama que uma mãe pode viver [...]” (*Veja*, 2007, p. 46). O sujeito de fazer “bandido” promove um “choque modal, que se dá entre o /querer-estar-em conjunção/ sempre presente e o /saber-não-estar-em conjunção/ que se sobrepõe a ele” (Greimas, 2014, p. 241).

A *espera fiduciária*, por outro lado, remete a um sujeito cujo estado caracteriza-se por uma dupla relação com o objeto-valor, e um sujeito de fazer garantidor do /querer-estar-em conjunção/ do sujeito esperançoso pelo objeto

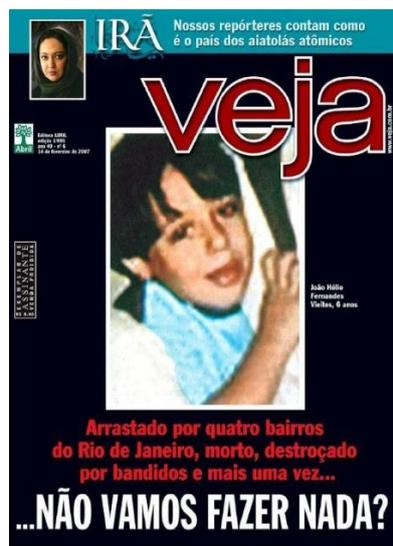
em voga. Seja nas pequenas tarefas do cotidiano, como frequentar um centro religioso ou dividir uma refeição em família, seja nas aquisições mais eufóricas do universo de classe média, como a casa própria, o sujeito de estado – um sujeito *paciente* (Greimas, 2014, p. 240) – confia na satisfação de sua justa pretensão, avalizada pela relação fiduciária com o sujeito de fazer, representado pelo Estado.

Como posto por Greimas (2014, p. 241), o sujeito do fazer na paixão da *espera* é modalizado por um /dever-fazer/. Nesse caso, o Estado deve garantir a segurança do sujeito. Vasta literatura aponta tal valor como primordial para o sujeito ocidental e, mais especificamente, as classes médias urbanas. Na doutrina humanista, há, inclusive, o binômio segurança *vs.* liberdade, a partir do qual o sujeito que prioriza um, tende a renunciar ao outro. As expectativas de conjunção com o objeto e as isotopias das instituições e da moralidade, associadas ao sujeito na semântica discursiva, parecem conformar um universo valorativo mais afeito à securitização da vida do que à liberdade em sentido amplo.

Não à toa, recorre-se à temática da impunidade por meio da demonstração da reiteração histórica dos malfeitos, conforme apresenta o enunciador *Veja*: “escalada da barbárie [...] Uma sucessão de crimes que impressionaram pela crueldade e abalaram o país nos últimos meses [...]” (*Veja*, 2007, p. 51). O sujeito classe média, cumpridor do seu papel social, se vê cercado por sujeitos aptos a impedir a satisfação de suas *esperas simples e fiduciária*. A *espera* deriva, assim, de certa crença de que todos devem cumprir a sua função na sociedade, segundo os valores do sujeito, remetendo à isotopia das instituições, sobreposta a esse actante narrativo.

A não atribuição do objeto-valor ao *sujeito de espera* gera frustração e descontentamento. Esse sentimento de falta constitui o *pivô passional* (Greimas, 2014, p. 242) da hostilidade, precipitada pela decepção e a disjunção com o objeto. Será essa agressividade a última etapa do percurso colérico, conforme preconizado por Greimas (2014). No caso aqui analisado, a cólera consiste na paixão habilmente construída em discurso por *Veja* de tal forma que o enunciatário, identificado com o sujeito da narrativa, possa responder à pergunta da capa: “não vamos fazer nada?”

Figura 1: A capa da edição 1995 de *Veja*.



Fonte: Acervo online de *Veja*.

Configura-se, desse modo, um programa narrativo de liquidação da falta (Greimas, 2014, p. 242). Todavia, na impossibilidade de reaver o objeto-valor, definitivamente eliminado, surge o *PN de vingança* (Greimas, 2014, p. 245), direcionado ao actante antissujeito “bandido”, aquele que inspirou a malevolência. A ira será direcionada, inclusive, aos adjuvantes do antissujeito em seu contraprograma, os defensores de direitos humanos: “o martírio público do menino João Hélio está destravando a língua de dezenas de explicadores. [...] Chega de romancear o criminoso, de culpar as abstrações como ‘violência’, o ‘neoliberalismo’, o ‘descaso da classe média’” (*Veja*, 2007, p. 47).

Dada a intensidade da ruptura, discursivamente descrita em riqueza de detalhes – “na primeira curva, a cabeça bateu na proteção da calçada, e o sangue espirrou na minha roupa [...] enquanto os bandidos faziam ziguezague [...] ainda era possível ver rastros de sangue e massa encefálica [...]” (*Veja*, 2007, p. 48) – e pela frustração diante da repetida *inação* do Estado, instaura-se um sujeito de fazer cujo querer vingativo deriva da *falta* estipulada e o poder-fazer, necessário para a passagem ao ato, acaba sendo oferecido pelo próprio enunciador *Veja*.

Ao final da reportagem, *Veja* (2007, p. 50-51) aponta “o que precisa e pode ser feito já”:

Limitar o horário de funcionamento de bares [...] Diminuir benefícios de presos como a redução do cumprimento da pena no regime fechado, por meio de progressão [...] Suspender o benefício de indultos [...] Suspender o limite para a internação de adolescentes infratores em centros de ressocialização [...] Criar uma rede multidisciplinar de assistência para jovens que começam

a se envolver com a criminalidade [...] nas escolas e comunidades [...]

De maneira geral, apresentadas como sugestões de um sociólogo, as medidas tendem ao que Greimas (2014, p. 251) apontou como a “intelectualização de dores e prazeres”, em que a decepção é socializada, implicando certa despassionalização da vingança. No entanto, há um traço semântico recorrente nas indicações da revista: a restrição de direitos, cujo epítome se resume na proposição da suspensão do limite de internação de jovens sob a tutela das medidas socioeducativas – uma espécie de prisão perpétua, na prática. A figurativização e a tematização das propostas constroem o mundo do antissujeito, a partir dos olhos do sujeito e de *Veja*, presente no texto, sobretudo, pela debreagem enunciativa da capa. A vida noturna, a prisão, a juventude infratora, as comunidades geradoras de desviantes e as periferias potencialmente perigosas estabelecem um espaço onde o “bandido” e o crime preponderam. Por isso, o *lá* não pode mais existir para que o *aquí* possa prosperar. Retoma-se, assim, a temática da segurança, o valor primordial para o sujeito da enunciação e, também, da narrativa. Em nome da garantia da segurança, as conquistas de direitos e as liberdades podem ser minoradas.

A partir da abordagem tensiva da semiótica (Zilberberg, 2011), entendemos o processo de passionalização ensejado por um discurso *tônico* e delimitador de *valores de absoluto, triados* pela retórica do inimigo – o “bandido”. A tensividade é a “esquizia inaugural” (Zilberberg, 2006, p. 169), que comporta um par de grandezas, denominadas de *intensidade* e *extensidade*. Aquela rege esta; o sensível rege o inteligível; os estados de alma regem os estados de coisas. Zilberberg, assim, propõe duas categorias a que correspondem duas grandes orientações discursivas: o *discurso do exercício* e o *discurso do acontecimento*. O *discurso do exercício* remonta os fatos extensos e ordinários, a partir de uma organização mais racional, característica de discursos científicos, por exemplo. Já o *discurso do acontecimento* abarca os fatos intensos e extraordinários, apresentando organização mais passional e *concessiva*, tal e qual os discursos míticos.

Recursos como o uso repetido de adjetivos – “arrastado”, “morto” e “destroçado” –, que demarcam a função emotiva, somam-se à pergunta “não vamos fazer nada?” na capa da edição, elucidando a função conativa ou apelativa (Jakobson, 1975); e a repetição da modalização deôntica – “tem que”, “deve ser assim”, – produz um “dizer apaixonado” no discurso jornalístico. Tal arranjo compõe “[...] procedimentos enunciativos que instauram uma orientação afetiva no discurso, fazendo transparecer um tom passional no relato jornalístico, marcado no enunciado mesmo sutilmente, de forma a não ser identificado muito claramente” (Gomes, 2008, p. 7). Os modos de interação patêmica e a

axiologização específica dos textos se configuram como estruturas *concessivas*, que provocam uma tensão capaz de realizar um acento passional: o *discurso do acontecimento* (Zilberberg, 2006).

Figura 2: O antissujeito “bandido” e o sujeito “família de classe média” na reportagem de *Veja*



Fonte: Acervo online de *Veja*.

A forte identidade entre enunciatário e sujeito da narrativa deriva da seleção das figuras e dos temas, utilizados para recobrir os actantes narrativos. Na posição da alteridade, o antissujeito é associado a isotopias como a da brutalidade – “suplício”, “barbárie”, “destruída”, “tragédia”, “monstros”, “crueldade”, “martírio”, “sangue-frio”, entre outros – e da marginalidade – “bandido”, “bandidagem”, “eles” e “criminosos”. Despojados de características do universo axiológico do sujeito, os “bandidos” não integram a situação-enunciação, caracterizados como “eles”, uma não-pessoa, objeto sobre o qual as pessoas do discurso não só falam, mas de quem decidirão o destino, ao final do texto.

O discurso do *Outro* como antagonista inescrupuloso (a “bandidagem”) se inscreve na curva tensiva em *valores de absoluto* e exacerbação do eixo da *intensidade*. Estabelece-se, no eixo da *extensidade*, uma *triagem* de valores, separando e segregando, delimitando com exatidão os componentes desse discurso em extremos incompatíveis e distantes. Em um movimento *ascendente*,

andamento e *tonicidade* se intensificam, acirrando o *impacto* do discurso. A concentração do que é eufórico se manifesta com o objetivo de isolar o que é disfórico e criar esse embate claro entre os bons e os maus, a “família” e os “bandidos”.

Como posto por Barros (2016, p. 21), no contexto dos discursos preconceituosos e intolerantes, a estratégia passional “[...] não aceita o diálogo, a resposta, a polifonia, a polêmica de vozes. Monofônico e homogêneo, ele é discurso da verdade única e incontestável, da triagem levada às últimas consequências”. Os réus não são ouvidos pela reportagem. A escolha de vozes constrói empaticamente a figura do sujeito, a família, em contraponto à do antissujeito, os assaltantes. Sobre a importância do tema para o processo de identificação e sensibilização, Gomes (2008, p. 8-12) explica:

Essas escolhas quanto à distribuição das vozes e aos procedimentos de projeção são significativas. Primeiramente, a extensão relativa ao espaço ocupado pela manifestação das vozes na página e quantidade de vezes em que ocorrem as intervenções produz uma valoração dada pela enunciação ao conteúdo do dizer.

[...] As dores e as alegrias das figuras humanas (ou personificadas) que povoam as narrativas jornalísticas nos afetam porque as sentimos muito próximas. Regozijamo-nos com o sucesso e sofremos com as perdas de nossos semelhantes, o que lhes acontece poderia ter acontecido conosco.

Segundo Lima (2014), a compaixão estabelece uma “identificação fusional, que coloca os interactantes em uma posição de igualdade, de sincronização patêmica” (p. 92). A dinâmica de tal paixão consiste em um sentimento de ordem instintiva, pelo qual se partilha do padecimento do outro, um “sentir junto” ou “sentir com”, um “modo de conjunção interactancial” (Lima, 2014, p. 93). O sujeito compassivo crê partilhar os mesmos valores do sujeito sofredor e se compadece, em um movimento de conjunção. Ele *crê-saber* o que o outro está sofrendo. A relação conjunta é o *pivô passional* das interações afetivas, despertando a experiência patêmica. Acerca do laço intersubjetivo e sua eficácia na comunicação de valores no jornalismo, Hernandes (2006, p. 48) propõe: “São operações que envolvem a dimensão sensível e a passional [...] na projeção do sujeito sobre uma notícia como se [...] a narrativa jornalística pudesse ser a sua narrativa vivida ou ‘vivenciável’”.

O efeito de sentido da passionalização, promovido pelo discurso do *acontecimento*, o qual *Veja* produz, reduz a capacidade inteligível, prevista no fazer interpretativo do enunciatário. A pobreza das vozes instauradas no texto simplifica um problema social complexo. A violência se torna autoevidente, sem causas e um contexto. Por isso, deve ser combatida ao lado de seu perpetrador, o “bandido”, despojado do mesmo estatuto de valores do sujeito. Como o

prolongamento da insegurança pode gerar a resignação e a conformação (Barros, 1990), a caracterização aguda da *falta*, reforçada pela isotopia da urgência – pelos termos “emergência”, “chega”, “em breve”, “já”, “limite”, “gota d’água” – precipitam o enunciatário a concluir pelo engajamento em um *programa narrativo de vingança*.

Nesse condão, apesar de o polo categórico da Liberdade poder se situar ao lado do sujeito e o da Opressão, do antissujeito, sobretudo nos programas narrativos em que, pelo ponto de vista da família violentada, o “bandido” é o opressor, a valorização da segurança, em detrimento da liberdade, e, marcadamente, a escolha pelo percurso colérico para enunciar o fazer persuasivo parecem indicar uma axiologização eufórica da Opressão. A passionalização e os *valores de absoluto* parecem incompatíveis com um horizonte de Liberdade mais largo que a querela descontextualizada de um crime.

2.2 *CartaCapital*

A edição de *CartaCapital*, contemporânea ao episódio de violência contra o menino negro acorrentado ao poste, traz como título “O Brasil de Sheherazade a D. Yvonne: Olho por Olho vs. Cidadania; Ódio vs. Solidariedade; Privilégio vs. Igualdade”. Em vez de selecionar o rapaz que sofreu a violência como recobrimento figurativo do sujeito da narrativa, a publicação recorre a outro personagem da história, a ativista social Yvonne Bezerra de Mello, uma mulher branca e rica da zona sul do Rio de Janeiro, responsável pela notoriedade do caso. Ela foi a primeira a publicar em uma rede social a foto da vítima, após ter prestado socorro à mesma:

No início do mês, a também escultora e linguista dormia em seu apartamento no bairro do Flamengo quando foi alertada pelo porteiro sobre a cena grotesca, a poucos metros do prédio onde mora. “Quando vi aquilo, pensei logo em um quadro de Debret”, descreve. Os bombeiros serraram a corrente que prendia o jovem ao poste e uma ambulância o levou ao hospital. Yvonne Mello achou que sua missão terminara ali. Ao denunciar a violência na internet, surpreendeu-se, no entanto, com as reações enfiadas à ação humanitária. Em poucos minutos, um enxame de reacionários despejou aquele tipo de frase a respeito das quais é difícil definir o que é pior: se a indignação mental ou a pobreza vocabular. “Leva para casa e cuida desse anjinho!”, “Você defende? Adota! Dá de comer, beber, banho, água, luz... Hipócrita!”, além da infalível “bandido bom é bandido morto”. (*CartaCapital*, 2014, p. 17)

Yvonne Mello é apresentada como uma militante de esquerda, cujo objeto-valor é a justiça social. A mulher, contudo, não é *qualquer* militante de esquerda, mas o estereótipo máximo, a iconização subjetiva, a exacerbação figurativa, que

traz uma pletora de traços, constituintes de um esquerdista de classe média *perfeito*, conforme os trechos a seguir:

Não foi a primeira vez que a educadora pulou da cama para socorrer garotos em situação de rua. Em julho de 1993, Yvonne Mello denunciou a célebre Chacina da Candelária, quando oito jovens sem-teto foram assassinados por policiais militares. Naquela época, ela fazia uma experiência de “escola sem portas e janelas” com 200 crianças do Centro do Rio, e tinha dado fichas telefônicas aos guris para que entrassem em contato em caso de urgência.

Casou-se pela primeira vez quando estudava Filologia e Linguística na Sorbonne, e foi morar na Suécia, onde conheceu a social-democracia. “Eu me defino como social-democrata e parlamentarista”. De volta ao Brasil, em 1989, começou seu projeto de educar meninos de rua [...]

Viúva de Álvaro Bezerra de Mello, vice-presidente da rede de hotéis Othon, seu segundo marido, desde 1997 se dedica ao projeto Uerê, mantido por ela no Complexo da Maré e ao trabalho de capacitar professores da rede pública em 20 favelas a aplicar sua pedagogia para crianças em zonas de conflito.

Meu sonho é uma escola pública obrigatória para todos, para que as classes sociais se conheçam. “Aqui, quando alguém tem um pouco mais de dinheiro, tira o filho da escola pública para colocar na particular”, critica, para horror das dondocas que a rodeiam na zona sul. “A maior parte só aceita filantropia. Ou você faz caridade e é santa ou luta contra o status quo e é maldita”. (*CartaCapital*, 2014, p. 18-19)

O que se sugere é que a senhora não faz filantropia ou caridade, mas atua ativa e criticamente para mudar a sociedade por intermédio de seu trabalho social. Graduou-se no exterior em cursos das Humanidades e se alinha à socialdemocracia. Mora na zona sul, possui determinado padrão aquisitivo, mas não deixa de manter laços e atividades nas regiões menos abastadas da cidade. Configura-se, segundo a publicação, o campo da “civilização” em oposição à barbárie: “Mas o Brasil continua a viver o mesmo dilema. Precisa escolher entre Sheherazade e Yvonne Mello. Barbárie e civilização” (*CartaCapital*, 2014, p. 20).

Figura 3: Capa da edição 787 de *CartaCapital*.



Fonte: Acervo online de *CartaCapital*.

Do outro lado, há a jornalista Rachel Sheherazade e uma “horda que saqueia e depreda” (*CartaCapital*, 2014, p. 17) o Brasil:

Yvonne integra o Brasil que tenta resistir a um outro Brasil, mais influente e cada vez mais alimentado pelo ódio. Ela é o avesso de outra personagem notória desse enredo, a jornalista e apresentadora do SBT Rachel Sheherazade, de 40 anos. Disposta a aproveitar os 15 minutos de fama, Sheherazade saiu em defesa dos justiceiros. [...] Mas não se deixe enganar. Sheherazade foi a grande vencedora do embate. A horda que saqueia e depreda o território da opinião pública e confunde ação criminosa com liberdade de expressão saiu em peso em sua defesa. (*CartaCapital*, 2014, p. 17)

De fato, *CartaCapital* também constrói um *sujeito de espera*, cujo objeto-valor será afastado de seu campo de presença pela disjunção imposta por um *sujeito de fazer*: “mas não se deixe enganar. Sheherazade foi a grande vencedora” (*CartaCapital*, 2014, p. 18). A jornalista, suposta representante de um grupo propagador do discurso de ódio, figurativiza o actante ensejador da *falta* impingida ao sujeito. Outras figuras são inventariadas para reforçar, dentro de uma concepção de *espera fiduciária*, a recorrência dos malfeitos e a impunidade:

“também ficaram do seu lado o deputado Jair Bolsonaro, os pastores Marco Feliciano e Silas Malafaia, o ‘filósofo’ Olavo de Carvalho e Paulo Maluf” (*CartaCapital*, 2014, p. 18). O campo da barbárie, de acordo com o semanário, está vencendo, ou, mesmo, já venceu.

Como em todo discurso criado a partir de uma visão estanque de bem e mal, a reportagem de *CartaCapital* parece euforizar os valores e as isotopias relacionados ao sujeito e, em contraponto, estabelece um caráter disfórico para o antissujeito. Nesse intuito, o enunciador abandona, repetidas vezes, o registro objetivo e referencial, elementar na linguagem jornalística. Em um trecho, refere-se à oposição conservadora como um “exame de reacionários”, portadores ou de “indigência mental” ou de “pobreza vocabular” (*CartaCapital*, 2014, p. 17). A figurativização e a própria ruptura da objetividade jornalística erigem um *estilo concessivo*, promotor de uma significação tônica e da convocação sensível do enunciatário.

Nesse sentido, *CartaCapital* apresenta a *triagem* das grandezas do discurso. O periódico explicita o embate já em seu título. Os *valores de absoluto* derivam da mobilização dos estados de alma do enunciatário, levado a crer que suas justas aspirações são interrompidas por um grupo adversário, despido de características racionais. A própria existência do sujeito está ameaçada:

Os 20 anos entre a Chacina da Candelária e o caso do jovem preso ao poste expõem a decadência civilizatória do País. Embora provavelmente uma porção relevante da sociedade apoiasse a eliminação de pretos, pobres e favelados, esse tipo de opinião ficava restrito a círculos de amigos. [...] Desta vez parece haver uma ruptura, “povo contra povo”, como diz Yvonne Mello. Antes protegida e aplaudida, a educadora sofre mais ataques. Antes raros, personagens como Sheherazade se sentem livres para defender crimes, sob aplauso de quem parece abominar e estar disposto a evitar qualquer possibilidade de igualdade, mesmo se ela não passar de um sonho ainda distante. (*CartaCapital*, 2014, p. 20)

Mostrar as figuras e os temas do discurso purificados e polarizados facilita a compreensão e a transmissão dos valores em jogo. Na simplificação das complexas circunstâncias político-sociais do país, que comportariam gradações e ponderações, apresenta-se Rachel Sheherazade como o espelho de uma suposta maioria. A desqualificação dessa figura do discurso impede qualquer tipo de identificação e, em última instância, a problematização da questão de fundo proposta: a violência urbana e a coesão social no espaço urbano do Rio de Janeiro.

Com a passionalização do discurso, a frustração e o descontentamento decorrentes da não atribuição do objeto-valor ao sujeito caminham para a agressividade, último estado do percurso colérico. Em *CartaCapital*, as soluções institucionais elencadas – a responsabilização da emissora concessionária de

tevé, a definição legal dos limites entre a liberdade de expressão e a propagação do discurso de ódio e a regulação da rede mundial de computadores – são todas apontadas como inefetivas ou, ainda, impossíveis:

[...] o SBT se antecipou em nota e se isentou de responsabilidade pelas opiniões de seus âncoras.

[...] o limite entre o exercício da liberdade de expressão e a propagação do discurso de ódio é tênue [...] ‘É um desafio muito grande, e a definição acaba sendo dada apenas quando o conflito se apresenta na Justiça’ [...]

Na internet é impossível. Quando se retira de um site, aparece em outro. Ou seja, maximiza a violação e a perpetua. (*CartaCapital*, 2014, p. 20)

Sendo assim, o acolhimento da malevolência instigada não ocorre no espaço discursivo delimitado. Relega-se à própria competência do enunciatário, projetado sensivelmente sobre o sujeito da narrativa, empreender a despassionalização, eminentemente civilizatória, característica dos *programas narrativos da justiça*, ou o engajamento em um *programa narrativo de vingança* para que a liquidação da falta possa ser convertida em um fazer sofrer equivalente ao que se sofreu anteriormente.

Embora a Liberdade seja associada ao sujeito e axiologizada em euforia, sobretudo pelo objeto-valor justiça social, a presença do percurso colérico e o *estilo concessivo* predominante favorecem, uma vez mais, o polo categórico da Opressão. O jornalismo deve dar voz aos lados situados por seu discurso, mas, na reportagem em tela, um dos lados, o da “barbárie”, é apenas o assunto do qual se fala, objeto da situação-enunciação. Dessa maneira, equipara-se o conservadorismo ao extremismo odioso, o que parece eximir do campo progressista o diálogo com o senso comum que se identifica com tais valores. Dada a solicitação sensível da reportagem e a *triagem* dos campos políticos, o jornalismo se transforma em animador de torcidas, rebaixando a arena pública à incitação de hostilidades.

2.3 Veja e *CartaCapital*

As duas revistas se eximem de apresentar uma discussão abrangente e distanciada da problemática da violência urbana. O que assume centralidade em seus discursos são a frustração e o descontentamento com a disjunção que lhes é imposta pelos antissujeitos de cada narrativa. A família de classe média e a militante de esquerda acreditam estar cumprindo o seu papel social. A decepção de não perceber a garantia do Estado dessas condições morais gera um sentimento equivalente de impunidade, suscitado em ambas as publicações. Resta-lhes a conversão da agressividade em um possível fazer vingativo.

Veja e *CartaCapital* figurativizam seus textos-enunciados com sujeitos de fácil identificação por seus enunciatários previstos. A família de João Hélio e a ativista social Yvonne Mello refletem idealizações dos públicos-alvo das respectivas revistas. De um lado, a casa própria e sua reforma, a religião, as instituições de vigilância estatal, como a polícia, e o cotidiano familiar ajudam a definir o que se é e o que se quer ser. Do outro lado, a senhora graduada fora do país, coordenadora de projetos sociais e politicamente participativa.

As semelhanças entre *Veja* e *CartaCapital* também se manifestam no apagamento da voz preta e periférica. No caso de *Veja*, os jovens pobres, perpetradores da pequena criminalidade, assumem a posição actancial do antissujeito e a figura do “bandido”, enquanto, em *CartaCapital*, apesar de serem a motivação da reportagem especial, são substituídos pela senhora branca e rica na posição canônica da agência, que é a do sujeito.

As *triagens*, operadas no discurso, aceleram o *andamento* da sua apreensão e imprimem um caráter *tônico* ao que é dito, rumo à construção do efeito de *acontecimento*. O sujeito das reportagens está ameaçado, pois o mundo que conhecia, desdobrado em uma temporalidade e a espacialidade reconhecíveis, está em risco devido ao *Outro*. Sem reação, a família de classe média, diretamente convocada pela capa de *Veja*, e a ativista social, pela capa da *CartaCapital*, poderão ser extintas.

Não obstante leituras possíveis da axiologização de Liberdade e Opressão na semântica fundamental, em que, a depender da aspectualização do discurso, o opressor e o sujeito livre poderão assumir esse ou aquele recobrimento figurativo e tratamento moralizante, o que se impõe é a análise da moralização de textos-enunciados promotores da cólera e, por conseguinte, da vingança. Como, na dimensão pressuposta da enunciação, ocorre a manipulação por provocação – algo como um “você não vai fazer nada?”, a dúvida sobre a capacidade do sujeito –, infere-se que a categoria da Opressão é eufórica.

Se, entre enunciador e enunciatário, há um fazer-criar e um fazer-fazer, destinados a um *programa narrativo de vingança*, em consequência de um maniqueísmo finamente ajustado para gerir as frustrações presentes em um fazer interpretativo basal, o projeto enunciativo não parece valorizar a Liberdade e os *valores de universo*, mas as possibilidades de reação malevolente, contidas no polo da Opressão.

Conclusão

Ao produzir o discurso, a enunciação constrói um sujeito no mundo. O dizer delimita reciprocamente a medida intensiva e o número extensivo (Zilberberg, 2004). O jornalismo possui papel preponderante no despertar da consciência da sociedade para seus próprios problemas e, por isso, conforma a percepção dos

sujeitos em relação ao mundo. Por conseguinte, a imprensa não pode fugir à responsabilidade de promover um debate público democrático e generoso às inteligibilidades em face das paixões naturalmente preponderantes.

A objetividade e a imparcialidade do jornalismo idealizado são horizontes a serem perseguidos pelos profissionais da área. Esse primados criam as condições para o exercício de um jornalismo integrado ao sistema democrático de qualquer país. A liberdade de expressão e a liberdade de imprensa são direitos fundamentais, assegurados pela Constituição. Ao despir-se dos preceitos da isenção entre as partes envolvidas e do afastamento do objeto em jogo, os jornalistas diminuem a qualidade do debate público acerca dos temas publicizados. Em verdade, as abordagens relacionadas aos DHs acabam por acirrar posicionamentos passionais frente a temáticas como a violência urbana e outros problemas sociais, que exigem interpretações racionais e ponderadas.

A passionalização do discurso, engendrada por *Veja* e por *CartaCapital*, constrói uma retórica do inimigo. No embate de significação entre o Eu e o Outro, os enunciados inserem na arena perceptiva dos sujeitos uma carga de valores ensejadora de uma malevolência. Seja pela brutalidade, pela barbárie ou pela ignorância, o antissujeito promove o *acontecimento*, detalhado nas publicações: a morte de um menino de seis anos, após ser arrastado quilômetros a fio, ou o fascismo que se aproxima da onipresença.

A predominância da solicitação sensível aproxima as revistas de programas televisivos policiais, que transitam pela espetacularização da violência e a estetização do sofrimento alheio. Entregam o que mais parece ser uma peça de experiência sensorial. Em verdade, prescindem da contribuição para elevação das discussões políticas do país em favor de estratégias de manipulação específicas, cuja eficiência na transferência de valores e na solicitação sensível do enunciatário alcança patamares de sucesso bastante altos.

A análise do discurso passional, presente no *corpus* selecionado, delimita estratégias enunciativas que podem sugerir, caso se repitam e integrem um modo estável de enunciar, características comuns à desreferencialização do arcabouço teórico-principlógico dos Direitos Humanos na direção de uma retórica apaixonada por parcela do jornalismo. Seja no fito de angariar mais público, seja por convicções ideológicas, as reportagens de *Veja* e *CartaCapital* forjaram uma identidade profundamente ameaçada e promoveram modos de interação patêmica, a partir da inserção *concessiva* de valores *triados* de forma maniqueísta na arena perceptiva do sujeito.

Alinhar-se aos preceitos dos DHs consiste em, mais do que anuir à axiologização eufórica da Liberdade, fomentar o fazer-saber, o ato interpretativo que exige do sujeito a acomodação do novo ao velho, do que se acreditava ao que se passou a saber. Privilegia, ao final, o engajamento por meio de estratégias que

favoreçam menos o acirramento e a polarização binária do grande público, e mais a pluralidade de vozes e a democratização dos espaços de mídia. ●

Referências

- BARROS, D. L. P. Paixões e apaixonados: exame semiótico de alguns percursos. *Cruzeiro semiótico*. Porto: Associação Portuguesa de Semiótica, n. 11/12, 1990. p. 60-73.
- BARROS, D.L.P. *Teoria do discurso: fundamentos semióticos*. São Paulo: Humanitas, 2001.
- BARROS, D.L.P. Estudos discursivos da intolerância: o ator da enunciação excessivo. *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas: Unicamp, n. 58, 2016. p. 7-24.
- BARTHES, R. *O óbvio e o obtuso*. Lisboa: Edições 70, 1984.
- CARTACAPITAL. São Paulo: Confiança, n. 787, 14 fev. 2014.
- FIORIN, J. L. A Semiótica Discursiva. In: EMEDIATO, W.; LARA, G. M. P.; MACHADO, I. L. (org.). *Análises do Discurso Hoje*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, v. 1, 2008.
- FIORIN, J. L. *Elementos de Análise de Discurso*. São Paulo: Contexto, 2013.
- FIORIN, J. L. *Argumentação*. São Paulo: Contexto, 2015.
- GREIMAS, A. J. *Sobre o sentido II: ensaios semióticos*. São Paulo: Nankin; Edusp, 2014.
- GOMES, R. S. *Relações entre linguagens no jornal: fotografia e narrativa verbal*. Niterói: EdUFF, 2008.
- HERNANDES, N. *A Mídia e seus truques*. São Paulo: Contexto, 2006.
- JAKOBSON, R. *Linguística e Comunicação*. Cultrix: São Paulo, 1975.
- LANDOWSKI, E.; DORRA, R.; OLIVEIRA, A. C. (orgs.). *Semiótica, estesis, estética*. São Paulo: EDUC, 1999.
- LIMA, E. S. de. *Entre compaixão e piedade: o estudo das paixões em semiótica*. 2014. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- RAMOS, A. de C. *Curso de direitos humanos*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
- SAKAMOTO, L. Quem tripudia direitos humanos chama a si mesmo de lixo. *UOL*, São Paulo, 10 dez. 2017. Disponível em: <<https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2017/12/10/quem-tripudia-direitos-humanos-chama-a-si-mesmo-de-lixo/>>. Acesso em: 21 de jun. de 2020.
- VEJA. São Paulo: Abril, edição 1995, ano 40, n. 6, 14 fev. 2007.
- ZILBERBERG, C. As condições semióticas da mestiçagem. Tradução: Ivã Carlos Lopes e Luiz Tatit. In: CAÑIZAL, E. P.; CAETANO, K. E. (org.). *O olhar à deriva: mídia, significação e cultura*. São Paulo: Annablume, 2004. p. 69-101.
- ZILBERBERG, C. *Razão e Poética do Sentido*. Trad. Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit e Waldir Bevidas. São Paulo: Edusp, 2006.
- ZILBERBERG, C. *Elementos de Semiótica Tensiva*. Trad. Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit e Waldir Bevidas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

ANEXO A – Capas de *Veja*



ANEXO B – Capas de *CartaCapital*



ORCID **The human rights discourse in mainstream Brazilian media:
a semiotic analysis of *Veja* and *CartaCapital***

ID KALIL FILHO, Marcos da Veiga

Abstract: Redemocratization in Brazil, whose fundamental milestone is found in the 1988 Constitution, was not able to build a widespread positive perception regarding Human Rights. Therefore, clichés such as "Human rights for the right humans" and "A nice criminal is a dead criminal" were daily propagated not only on the streets, but also on TV programs and newspaper reports. Discourse semiotics has ample theoretical and methodological tools through which the enunciative strategies of the passionate discourse of the mainstream press can be described and understood. In this respect, the journalistic pieces of the magazines *CartaCapital* and *Veja* of cases of widespread notoriety and commotion were analyzed: the 'Case João Hélio', from 2007, in Rio de Janeiro, in which a 6-year-old boy died dragged, tied to a stolen car in motion; and the case of a black and poor boy, accused of thefts in a rich neighborhood of Rio, tortured by middle-class vigilantes, in 2014. The work was able to verify, despite the different ideological orientations, the similarity in the enunciative strategy of the publications.

Keywords: discourse semiotics; human rights; social communication; *Veja*; *CartaCapital*.

Como citar este artigo

KALIL FILHO, Marcos da Veiga. O discurso sobre direitos humanos nos grandes veículos de comunicação: análise semiótica de *Veja* e *CartaCapital*. *Estudos Semióticos* [online], volume 16, número 2. São Paulo, outubro de 2020. p. 155-175. Disponível em: <www.revistas.usp.br/esse>. Acesso em: dia/mês/ano.

How to cite this paper

KALIL FILHO, Marcos da Veiga. O discurso sobre direitos humanos nos grandes veículos de comunicação: análise semiótica de *Veja* e *CartaCapital*. *Estudos Semióticos* [online], vol. 16.2. São Paulo, october 2020. p. 155-175. Retrieved from: <www.revistas.usp.br/esse>. Accessed: year/month/day.

Data de recebimento do artigo: 25/06/2020.

Data de aprovação do artigo: 06/08/2020.

Este trabalho está disponível sob uma Licença Creative Commons CC BY-NC-SA 4.0.
This work is licensed under a Creative Commons License CC BY-NC-SA 4.0.

